

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.852 - RS (2018/0175425-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : JOAO ALMIR TEIXEIRA DOS SANTOS
AGRAVANTE : HILDA ROSANE MENDES DOS SANTOS
ADVOGADOS : SÔNIA MARIA CADORE - RS017781
MAURÍCIO CADORE DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RS088178
AGRAVADO : ISDRALIT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - GRUPO ISDRA
ADVOGADOS : ANTONIO LUCIO SILVA DA ROCHA - RS076272
CATIA SILENE MEDEIROS DA SILVA ANDRÉ E OUTRO(S) - RS087146

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por JOÃO ALMIR TEIXEIRA DOS SANTOS e HILDA ROSANE MENDES DOS SANTOS, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 613-639, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 536-542, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. COMODATO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE.

Nos termos dos arts. 560 e 561, do novo Código de Processo Civil, o possuidor tem direito a ser reintegrado na posse em caso de esbulho, incumbindo-lhe provar a sua posse, o esbulho praticado pelo réu, a data do esbulho, bem como a perda da posse. No caso, a prova dos autos, demonstrou o preenchimento de tais requisitos, não havendo falar em indenização por eventuais benfeitorias, pois vedado pelo contrato de comodato. Jurisprudência da Corte.

DERAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

Opostos embargos de declaração (fls. 548-552, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 554-559, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 564-586, e-STJ), os recorrentes apontam violação aos artigos 1022 e 489 do CPC/2015.

Sustentam, em síntese, que o acórdão recorrido é omissivo em relação à: nulidade de notificação da desocupação do imóvel; irregularidade dos contratos de locação anexados pela embargada; contratação de locação e sobre a ação de despejo somente em nome do réu João Almir; não ocorrência da ação de despejo; nulidade da notificação de encerramento do comodato; nulidade do contrato de comodato; existência, no imóvel, de comércio exercido por pessoa jurídica; inexistência de contrato de locação ou de comodato com a pessoa jurídica; tamanho do imóvel atestado pelo perito; e a delimitação da área a ser reintegrada.

Contrarrazões às fls. 595-602, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 604-609, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que: a) o Tribunal apreciou todas as questões relevantes para resolução da lide; b) aplicar-se-ia ao caso o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

Irresignados, aduzem os agravantes, em suma, que o reclamo merece trânsito,

uma vez que o aresto impugnado, de fato, é silente em relação às questões suscitadas no bojo dos embargos declaratórios.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Consoante entendimento desta Corte, pelo princípio da dialeticidade, compete à parte recorrente infirmar todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento do reclamo, nos termos do artigo 932, inc. III, do CPC/15.

No ponto, destaca-se, outrossim, a existência do óbice enunciado na Súmula 182 do STJ, a saber: *"É inviável o agravo do art. 545 do CPC/73 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada"*.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO TRATAM DOS ARGUMENTOS DA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINARMENTE OS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. SÚMULA 182/STJ. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA. PRINCÍPIO DISPOSITIVO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Os agravantes não enfrentaram em seu recurso o fundamento da decisão agravada, que estabeleceu serem incabíveis embargos de divergência contra decisão monocrática, nem formularam pedido para sua reforma.

2. Para se viabilizar o conhecimento do agravo regimental, sobretudo diante do princípio da dialeticidade, é necessário que se impugnem especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, o que não ocorreu na hipótese em exame. A decisão objurgada permanece incólume e atrai o Verbete Sumular n. 182 do STJ.

3. O princípio dispositivo impõe que a parte recorrente formule pedido de reforma da decisão recorrida, sob pena de não conhecimento do recurso.

4. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg nos EAREsp 623.863/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/10/2015, DJe 20/11/2015)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE. DESISTÊNCIA PARCIAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Nos termos do art. 1.042 do CPC/15 c/c 253, parágrafo único, I do RISTJ, incumbe ao agravante o ônus de impugnar, especificamente, todos os fundamentos da decisão proferida pelo Tribunal de origem com o intuito de "destrancar" o recurso especial inadmitido, permitindo, assim, o exame deste pelo STJ.

2. O agravo é apenas o meio idôneo a viabilizar o juízo definitivo de admissibilidade por este Tribunal, quando inadmitido na origem o recurso especial. Desse modo, há uma vinculação do primeiro com o segundo, de modo que, na sistemática de julgamento, o agravo deve ser sempre analisado com os olhos voltados para a admissibilidade do recurso especial e não para o acórdão recorrido.

3. A partir de tais premissas, é possível inferir que não há como o agravante restringir o efeito devolutivo horizontal do agravo porque esse efeito já foi previamente delimitado pelos fundamentos da decisão exarada

pelo Tribunal de origem.

4. O ordenamento jurídico admite que a parte inconformada recorra, parcialmente, de uma decisão, e, ainda, que o órgão julgador conheça, em parte, do recurso interposto. Não há, entretanto, qualquer previsão que autorize a desistência parcial, tácita ou expressa, do recurso especial após sua interposição.

5. É manifestamente inadmissível o agravo que não impugna, de maneira consistente, todos os fundamentos da decisão agravada.

6. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 727.579/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017)

No caso em comento, verifica-se que o Tribunal de origem, ao apreciar a admissibilidade do apelo nobre, assentou que, além da inexistência de violação aos artigos 1022 e 489 do CPC/2015, o exame da pretensão recursal esbarraria no óbice contido na Súmula 7/STJ à situação. Veja-se (fl. 608, e-STJ):

Nesse contexto, a análise das razões recursais e a reforma do acórdão recorrido com a desconstituição de suas premissas, nos moldes como pretendida, demanda incontornável incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que, contudo, é vedado em âmbito de Recurso Especial, a teor do enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Neste ponto, "A procedência do pedido de reintegração de posse pressupõe a prova do preenchimento dos requisitos do art. 927 do Código de Processo Civil. (...) O Tribunal de origem, mediante análise do contexto (ático probatório dos autos, entendeu estarem presentes nos autos os elementos que comprovam a posse anterior da agravada e o esbulho alegado. (...) A modificação de tal entendimento lançado no v. Acórdão recorrido, nos moldes em que ora postulado, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça". (AgRg no AREsp 273.408/MG, Rel. Min. Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 30-06-2015).

Na mesma linha de silogismo, "Rever a conclusão do Tribunal a quo acerca da configuração dos requisitos ensejadores da procedência ou improcedência da tutela possessória demandaria o reexame de provas, providência que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte Superior." (AgRg nos EDC/ no AREsp 51.977/RS, Rei.

Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 29/04/2016).

Relembro, por oportuno, a firme orientação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, dirigir a instrução e deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento, assim como a livre apreciação das provas das quais é o destinatário". (AgRg no AREsp 814.285/DF, Rel.

Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 26-04-2016).

Outrossim, já manifestado pelo Superior Tribunal de Justiça que "cabe ao magistrado a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento". (AgRg no AREsp 221.505/RJ, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 24-09-2014).

Desta forma, não há falar em contrariedade à alínea "a", do artigo 105, inciso III, da Constituição Federal.

Tal linha argumentativa, contudo, não foi atacada pelos insurgentes.

Com efeito, da leitura do agravo de fls. 613-639, e-STJ, verifica-se que os recorrentes tão somente repisam a existência de omissões relevantes no acórdão recorrido, sem nada tecer acerca da suposta não incidência do supracitado óbice sumular de admissibilidade.

Nesse sentido, inviável o conhecimento do agravo.

3. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015, não conheço do agravo. Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem (fl. 541, e-STJ), observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

